



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCIA RITA DA SILVA INÁCIO

**A EDUCAÇÃO INFANTIL NA ILHA DOS VALADARES: TRAJETÓRIA E
PRÁTICAS**

MATINHOS

2018

MARCIA RITA DA SILVA INÁCIO

A EDUCAÇÃO INFANTIL NA ILHA DOS VALADARES: TRAJETÓRIA E PRÁTICAS

Artigo apresentado como requisito à conclusão do Curso de Especialização em Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Prof. Orientadora: Prof. Ms. Paula da Silva Inácio Pereira

MATINHOS

2018

A EDUCAÇÃO INFANTIL NA ILHA DOS VALADARES: TRAJETÓRIA E PRÁTICAS

Marcia Rita da Silva Inácio

RESUMO

Este trabalho tem o propósito de registrar como concebeu a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica na Ilha dos Valadares. Objetivando resgatar a história da Educação Infantil na comunidade e valorizar os profissionais que fizeram e ainda fazem a garantia do direito da criança na primeira etapa da Educação Básica. E descobrir como se deu a transição entre o assistencialismo para o processo educativo na Educação Infantil na Ilha dos Valadares. A revisão de literatura contextualizará Paranaguá e Ilha dos Valadares, as legislações que fundamentam a Educação Infantil e os conceitos: Criança e Infância. A metodologia se dará pela pesquisa participante de base qualitativa com princípios etnográficos, os participantes da pesquisa são quatro profissionais que atuaram na EI e uma aluna da etapa nos anos oitenta na Ilha Valadares e as técnicas para coleta de dados basearam no registro em diário de bordo e entrevista semiestruturas. Nesta pesquisa revela-se que o início da etapa surge do interesse da comunidade, com arranjos de caráter assistencialista, mas que despertou nos professores o interesse pela carreira e a formação inicial.

Palavras-chave: Participação da comunidade. Assistencialismo. Formação inicial de professores.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil (EI) representa a primeira etapa da Educação Básica pela Constituição Federal (CF) de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei n 8.069/90 trouxeram novo paradigma educacional para a etapa. O espaço conquistado é decorrente a militância de muitas pessoas pela conquista dos

espaços públicos destinados ao atendimento infantil que passou a ser reconhecido como dever do Estado e de cada município.

De acordo com as legislações que regem as questões educacionais para a Educação Infantil todas as crianças, a partir dos quatro anos de idade, devem ter seus espaços garantidos em instituições especializadas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei n 9.394/96 já determinava que a criança de zero a três anos fossem atendidas pelas creches, enquanto as de quatro a seis deveriam frequentar a pré-escola. Segundo a CF é obrigação do Estado oferecer todas as crianças uma educação na fase da infância.

A LDB estimulou certa autonomia às instituições para elaboração das atividades curriculares a serem aplicadas nessa faixa etária. Desde 2009, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação fixou a Resolução nº 5, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), organizando as propostas pedagógicas específicas para as crianças dessa idade. Através de princípios e procedimentos que visam orientar a elaboração e a execução de planejamentos curriculares.

A problemática deste estudo foi buscar na história da Ilha dos Valadares como se concebeu a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica na comunidade ilhéu. Objetivando assim resgate da história da Educação Infantil e a valorização os profissionais que fizeram e ainda fazem parte do processo na garantia do direito da criança na Educação Infantil.

No decorrer na pesquisa pode-se descobrir como se deu a transição entre o assistencialismo para o processo educativo na Educação Infantil na Ilha dos Valadares e compreender como estes espaços concediam os conceitos de criança e infância reflexos de suas práticas.

O espaço escolhido ára esta esquisa é Ilha dos Valadares, o mairo bairro do município de Paranaguá que tem uma população de aproximadamente vinte dois mil habitantes, segundo dados oficiais do IPARDES. Diante do crescimento populacional o espaço apresenta especificidade, tendo marcantes características culturais e sociais em sua conjuntura. Segundo Felisbino e Abrahão (2016) Valadares está localizada a 290m do continente, apresenta forma alongada e relevo irregular e possui 4,2km de extensão. As autoras afirmam que a população teve um crescimento significativo a partir doa anos 80.

O bairro pertence a cidade de Paranaguá para Freitas (1999) é a primeira cidade do estado do Paraná, tendo o início de sua colonização a partir dos anos 1550. O autor limita o território por uma área situada no litoral norte do Paraná, constituído por uma área de 665km², limitando-se ao norte: Guaraqueçaba, sul: Matinhos, oeste: Morretes e Antonina e a leste: Oceano Atlântico. Cerca de trinta ilhas compõem a Baía de Paranaguá, dentre elas Ilha dos Valadares e Ilha do Mel.

Ilha dos Valadares-Paranaguá-Paraná

O acesso ao bairro, Ilha dos Valadares é feita pela ponte que liga a ilha ao continente, são permitidos apenas pedestres ou veículos oficiais. Esta via de acesso se deu a partir dos anos noventa, pois antes a travessia era feita por barcos. No entanto esta modalidade de transporte ainda existe na ilha, na maioria dos casos é mantida por moradores que residem distante da ponte e preferem encurtar o caminho, atravessando o rio de bateira (pequena embarcação de madeira que se locomove pelas braçadas a remo). Esta forma de transporte é uma forma alternativa de gerar emprego e renda (Pereira, 2012).

A comunidade ilhéu apresenta características peculiares, as famílias de nossas crianças se diferem em condições de vida, trabalho, profissões, costumes, tradições da comunidade, gostos pela música, dança, brincadeira, formas de lazer e religião. Entretanto alguns moradores da Ilha dos Valadares apresentam resquícios da cultura caiçara, por meio de seus costumes e o Fandango que recebeu grande parte da população caiçara de diferentes lugares, assumindo-se como o lugar de moradia pelos que passaram a habitá-la, o que transformou e transforma seu espaço dia a dia. (Torres, 2009).

A revisão de literatura contextualizará Paranaguá e Ilha dos Valadares, as legislações que fundamentam a Educação Infantil e os conceitos: Criança e Infância, tendo como principais autores: Carlos Rodrigues Brandão, Paulo Freire, Sonia Kramer e Léa Tiriba.

A metodologia utilizada para coleta de dados se deu pela pesquisa participante de base qualitativa com princípios etnográficos. Tendo como sujeitos quatro profissionais que iniciaram na Educação Infantil na comunidade e uma aluna da etapa nos anos oitenta e que atualmente é educadora numa instituição municipal de Educação Infantil na próprio bairro. As técnicas utilizadas para fonte de dados entrevistas semiestruturadas com registro em diário de bordo.

REVISÃO DE LITERATURA

A EI na atualidade passa a adquirir diferentes significados, para Catarxo (2011) esta variação é conforme aqueles que a definem, considerando que a nova concepção de EI é constituída quando diferentes grupos se apropriam de novas ideias. Para a autora há um consenso que define a criança como ser competente para interagir e produzir cultura no meio em que se encontra, na superação de um espaço preparatório para o Ensino Fundamental (EF) ou o espaço seguro no atendimento às necessidades de uma sociedade em que a mulher atua no mercado de trabalho.

Os militantes da EI defendem espaços para a infância sejam de aprendizagem na formação da criança, o desemparedamento que Tiriba (2017) o termo que faz a reflexão de aproximar as crianças com a natureza. A superação de práticas tradicoanlistas que confinem crianças em salas de aula, não os permitindo explorar espaços externos, o sol, a terra, os animais, enfim além dos quatro cantos de sala de aula. Sujeitando-os a crinaças domesticáveis e dóceis, evitando que criam situações que os coloquem em risco.

A trajetória da primeira etapa da Educação Básica parte de uma caráter assssitencialista Catarxo (2011) reafirma que primeiramente foram iniciativas voltadas à infância com uma concepção assistencialista. O atendimento para alguns é visto como um favor e essa concepção ainda persistiu na consciência coletiva por muito tempo e hoje está em vias de ser superada por novas políticas de atendimento. Atualmente, a EI é considerada a primeira etapa da educação básica, tendo a criança continuidade de atendimento no ensino fundamental.

As legislações que garantem este direito à educação inicia com a CF de 1988 ao reconhecer da criança como cidadã, designando ao Estado o dever de garantir o atendimento em creches e pré-escolas, as crianças de zero a cinco anos, tornando patente o direito das mesmas à educação. No Art. 6 define: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2000).

O segundo respaldo legal se tem com o ECA o Estatuto da Crianças e Adolescente (ECA) em 1990 considerando a criança como sujeito de direitos. O artigo 208, inciso IV nos diz que o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos de idade é dever do Estado. O artigo 277 reafirma este dever:

e dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 2010).

Seguido pela LDB 9394/96 em seu artigo 2º que garante a educação, dever da família e do Estado, inspiradas nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, buscando o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania. Nas palavras de Kramer (2006, p. 799): “a educação infantil é, desde a Constituição de 1988, direito das crianças, dever do Estado e opção da família e, desde a LDB de 1996, a primeira etapa da educação básica”.

O Art. 29 da LDB traz a a proposta para EI como a primeira etapa da educação básica. Esta lei objetiva o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, considerando seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, além da inserção da família e comunidade na participação ativa nestes espaços educativos.

Para Kramer (1995) “A definição de infância está relacionada ao tempo e espaço em que cada um vive e a um contexto social” (p 17). A criança, enquanto um ser genérico: a infância, como uma geração ou fase da vida; e as crianças, a partir do modo como vivem suas infâncias. A infância é produzida pelo conjunto da sociedade a partir de ideias, práticas e valores, que se referem, sobretudo, às crianças, sendo que esses elementos são estabelecidos, difundidos e reproduzidos social e culturalmente. Infância não é natural, mas um fato social, ou seja, é uma construção coletiva que assume uma forma, tem um sentido e um conteúdo, os quais são estabelecidos a partir das formas de agir, pensar e ou sentir de uma coletividade.

Na atualidade, a autora reconhece que as crianças têm as suas necessidades, têm seus processos físicos, cognitivos, emocionais e características individuais-sexo, idade, etnia, raça e classe social, tem seus direitos e deveres.

Portanto suas infâncias são diversas pois elas atuam e participam nos espaços socioculturais e de seus tempos.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para coleta de dados se deu pela pesquisa participante de base qualitativa com princípios etnográficos.

Brandão (2017) define a pesquisa participante como entre as suas hoje várias nomenclaturas, uma pesquisa qualitativa que parte de um suposto essencialmente diverso. Nela, o sujeito ou os sujeitos que participam como pesquisadores são considerados como seres confiáveis, pessoal e coletivamente. No limite, entre casos bastante frequentes em pesquisas antropológicas de longo curso, a pessoa e a subjetiva personalidade do pesquisador tornam-se o principal meio, recurso, fator ou “instrumento” da investigação.

Portanto, os sujeitos desta pesquisa foram as quatro profissionais que iniciaram na Educação Infantil na comunidade e uma aluna da etapa nos anos oitenta e que atualmente é educadoras infantis numa insituição municipal de Educação Infantil no próprio bairro. As técnicas utilizadas para fonte de dados entrevistas semiestruturadas com registro em diário de bordo, foram realizados seis encontros para coletar os dados.

O objeto de estudo é a realidade social vivida pelas pessoas numa relação dialética, com vistas à conscientização popular e à participação. Incorpora gradualmente a comunidade dentro de um processo de pesquisa dirigido para a mudança e se convertem seus membros em participantes em transformação. (Brandão, 2006).

A etnografia para Flick (2013) ajuda a adaptar a coleta de dados não estruturados, a análise concentra-se na interpretação dos significados e das funções das práticas, declarações e processos.

Paulo Freire, filósofo da educação popular, integra os princípios do materialismo dialético histórico a sua pedagogia do oprimido, caracteriza uma filosofia pedagógica pelo fato de ser dialógica, libertadora e transformadora. O método que denomina psicossocial, operacionaliza um processo metodológico: problematização – ação – reflexão. (Brandão, 2006).

RESULTADOS

O início da EI na Ilha dos Valadares parte com a iniciativa de suas moradoras, nominadas como Rosi e Sueli, se encaminharam a Secretaria de Educação de Paranaguá (SEMEDI) para o pedido da implantação a etapa, pois os bairros de Paranaguá já tinham e faltava a Ilha dos Valadares, segundo Professora 1, (2018).

Os representantes técnicos da SEMEDI perguntaram as moradoras se tinha local e professores para iniciar as aulas, sendo a indicação da N. e o local a realização das aulas no Salão Paroquial da Igreja Católica. A professora N. foi chamada na prefeitura, conversou com J. M. que lhe fez o convite, mas ela relatou ser apenas catequista e não tinha a formação mínima, o magistério. “Você inicia a educação infantil e seus estudos também”, segundo Professora 1, (2018). O salário era metade de um salário mínimo e atrasava por cerca de seis meses, a professora acordou com a faculdade que assim que recebia seus proventos destinava a pagar as parcelas em atraso. (Professora 1, 2018).

Em 1982 iniciou a Educação Infantil, no Salão da Igreja Católica na praça central, hoje denominada Praça Cyro Abalém, com atendimento de cerca de cinquenta crianças com auxílio da N. K., I. K., D. E. A., e S. E. C. como professoras. Todas foram indicadas pela N., algumas catequistas e D. E. A. que já era professora. O período era parcial: 8h às 12h – 13h às 17h, muitas vezes ultrapassando o horário às 18h30min. (Professora 1, 2018). A imagem 1 é o retrato da Igreja Católica, o primeiro espaço da EI na Ilha dos Valadares

IMAGEM 1: IGREJA CATÓLICA DA ILHA DOS VALADARES



FONTE: O autor, 2018.

A organização da formação inicial dos professores para a docência na Educação infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é definida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos destinados a essa formação. E a LDB9394/96 define no seu art. 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.(LDB, 1996, p.20)

O limite de número de crianças era até vinte cinco, entre quatro a cinco anos. Inicialmente não tinha mobiliário adequado, só posterior que foram chegando, as crianças realizavam suas atividades em espaços improvisados. A merenda e limpeza também eram problemáticas, segundo a Professora 1. (2018), pois as próprias professoras que realizavam o serviço, os mantimentos tinham que ser retirados na Secretaria e a travessia era feita através de embarbações, pois ainda não havia a passarela que ligava a ilha ao centro do município de Parangará.

A formação dos professores era feita com professores de vários estados: Recife, Brasília, Rio de Janeiro, recebendo uma visita desses formadores uma vez ao mês, que observavam a aula e orientavam as posturas e práticas que deviam ser melhoras. Todo mês era feito um relatório das atividades e do desenvolvimento das crianças, sendo encaminhado o documento para Brasília. (Professora 2, 2018). “Foi um Pré Escolar do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), passou para a Fundação Educar, seguida do Educar e ao final a prefeitura assumiu a Educação Infantil e os professores”. (Professora 1, 2018).

Considerando que a formação foi acompanhada por bons profissionais e sob orientação, as práticas não eram fixadas em papel, mas tinham princípios de alfabetização. Tanto que a educadora infantil do CMEI “Arcelina Ana de Pina” J. N. M. que foi aluno do “Salão Juvenil” e quando foi para a escola era muito elogiada pelas professoras, pois aprendeu a ler e escrever muito rápido. (Aluna 1, 2018).

Em 1982 a J. e sua irmã M. D., eram professoras da educação infantil pelo MOBRAL, tendo o início da educação infantil na Ilha dos Valadares em outro espaço religioso foi na Igreja Batista, no bairro Vila Bela, sub bairro culturalmente denominado pelos moradores, contendo duas salas aproximadamente vinte alunos, de cinco a seis anos, em um Processo de Alfabetização. A Imagem 2 representa um

grupo de crianças desta época participante de um desfile em comemoração ao aniversário da cidade, a participante da pesquisa não soube precisar o ano em que ocorreu o evento:

IMAGEM 2: ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL



FONTE: O autor, 2018.

Segundo a Professora 3 (2018) as matrículas eram feitas na SEMEDI, em seguida repassadas para as professoras, para iniciar as aulas. Porém antes de iniciar as aulas eram feitas as formações com professores de outros municípios e Estados, tendo como suporte o material didático com apostilas e livros, mas era a professora que fazia um plano de aula semanal. A avaliação era realizada através de relatórios, informando alguns avanços relacionados a turma.

Para Pereira (2016) o professor da Educação Infantil, é o sujeito integrante neste campo de profundas transformações, necessita superar sua prática, a compreensão do novo olhar a Educação Infantil, sendo primordial o planejamento de suas ações. Pois, a si está designada uma ação docente voltada à formação a humana.

Nessa mesma direção, Freire destaca que “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.” (1996, p. 43-44). Freire defendia que “formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas”. (FREIRE, 1996, p. 15).

Os espaços utilizados eram basicamente os salões de Igreja, a Professora 3 (2018), destaca que ficou atendendo as crianças na Igreja Batista por cerca de dois anos e meio, havia outras duas turmas na Igreja Assembleia de Deus no período

vespertino por um ano e meio. Mais uma vez é reafirmado que o salário era metade do salário mínimo e ainda tinha muito atraso.

A Professora 4 (2018) destaca Educadora M. A. R. trabalhou por um ano nestes espaços adaptados, atuando no jardim com pré alfabetização, utilizando como instrumento de aprendizagem o papel.

Após este período utilizando os espaços religiosos a Educação Infantil no anos 90 ocupou as instituições filantrópicas, uma localizada no Sete de Setembro, subbairro culturalmente denominado pelos moradores da Ilha, o Centro de Educação Infantil “Arcelina Ana de Pina” e na região central da comunidade o Centro Educação Infantil “Dr. Leocádio”. A rede municipal passa atender a Educação Infantil em três instituições somente a partir do ano 2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revela-se nesta pesquisa que o início da Educação Infantil na Ilha dos Valadares, espaço tão peculiar e tão complexo diante a dual diversidade cultural, econômica e social surge do interesse da própria comunidade, com princípios de caráter assistencialista, mas que despertou nos professores o interesse pela carreira e a formação inicial.

As participantes da pesquisa atualmente são profissionais do magistério, próximas ao período de aposentadoria, mas que em suas práticas revelam o desejo de transformação a situação do espaço pela educação.

Durante o processo de pesquisa percebe-se a valorização dos avanços que conquistaram durante anos de mudanças na educação nacional. Em Paranaguá não foi diferente, a carreira e espaços educativos estão muito diferentes de quando iniciou nos anos oitenta.

Enfim, nesta pesquisa considero maior relevância a compreensão do envolvimento de um profissional é muito além da sala de aula, parte do compromisso em mudar a realidade que está inserido, e principalmente continuar acreditando que é possível mudanças a partir de uma educação.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. **A terceira margem do Rio: anotações e fragmentos sobre a experiência da pesquisa como um encontro.** 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 05 out. 1988.

_____. **LEI Nº 8069**. Edição Comemorativa 2010: Estatuto da Criança e do Adolescente e Legislação Complementar para a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes / Coordenação. Curitiba: Secretaria do Estado da Criança e da Juventude, 2010.

_____. **LEI Nº 9394**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 20 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**/Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

CARTAXO, S. R. M. **Pressuposto da educação infantil**. Curitiba: Ibplex, 2011.

FELISBINO, J. N; ABRAHÃO, C. M. S. **Ilha dos Valadares**: história, cultura e meio ambiente. Curitiba: Ed do autor, 2016.

FLICK, F. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Madga Soares (trad.) Porto Alegre: Penso, 2013

FREITAS, W. F. F. **História de Paranaguá: das origens à atualidade**. Paranaguá: IHGP, 1999.

GABARRÓN, L. R; LANDA. L. H. O que é pesquisa participante? In: BRANDÃO, C. R. STRECK, D. R. (Org.) **Pesquisa Participante: a partilha do saber**. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

PEREIRA, P. S.I. Currículo e cultura parnanguara em um centro municipal de educação infantil - CMEI– na Ilha dos Valadares. Dissertação (Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar) - Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. Matinhos, p. 78. 2012.

_____. Projeto Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil “Arcelina Ana de Pina”: as cores nos direcionam, 2016. Dissertação (Especialização em Coordenação Pedagógica) - Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. Matinhos, p. 24 2016.

TIRIBA. L. **Educação Infantil como direito e alegria**, (2017).